

SOCIEDADE

ETNIA

Um olhar no futuro

A população indígena cresce a taxas mais elevadas do que a nacional e projeta um tempo no qual o país terá de assumir sua face pluriétnica

POR VANDA CÉLIA, CARLOS ALBERTO JR. E ROBERTO CASTRO (FOTOS)

Numa virada histórica, os índios do Brasil entram em processo inédito de recuperação demográfica. Muito além das estatísticas, o fato permite inúmeras interpretações sociológicas, mas uma só constatação: o país que quase riscou do mapa seus primeiros habitantes vai presenciar, nos próximos anos, o avanço das "etnias esquecidas" – são cerca de 335 mil cidadãos brasileiros, gente de pele morena, olhos rasgados, urucum no corpo. Dizem os estudiosos que eles "renascem" nos confins do país graças ao avanço da identificação, do reconhecimento e da demarcação de suas terras. Pelo menos, este é o fator palpável da recuperação: nos últimos quatro anos foram reconhecidas 36% das terras indígenas contra os 64% do último século. Isso significa que, entre 1995 e 1998, os índios conquistaram 30 milhões de hectares – extensão territorial das proporções de uma Bélgica.

Embora jamais se tenha feito um censo indígena nos 500 anos de Brasil, sabe-se que, hoje, nascem mais índios do que não-índios. Enquanto, em média, a taxa de crescimento anual da população brasileira gira em torno de 1,7%, a dos índios está em 3,4%. Não deixa de ser espantoso que isso ocorra entre brasileiros da mais baixa camada social, sem assistência de saúde adequada, com baixa ou nenhuma escolaridade, alvos constantes de garimpeiros, grileiros, madeireiros e outros invasores. Entre a penúria e o preconceito, os índios ampliam sua presença no país, como ÉPOCA pôde verificar em levantamentos estatísticos e no contato direto com as aldeias.

Cinco horas da manhã num povoado cricati do sul do Maranhão: alguns índios já estão acorados na frente de suas casas, fumando e conversando. Pouco mais de uma dezena de construções forma um círculo ao redor do terreiro onde se realizam as cerimônias tradicionais. O mesmo terreiro funciona agora como palco de negociações com os funcionários da Fundação Nacional do Índio, a Funai. Recentemente, os cricatis conquistaram seu território, uma área de 146 mil hectares a 150 quilômetros do município maranhense de Imperatriz, na divisa com Tocantins. Tornaram-se um caso exemplar de recuperação demográfica. Hoje são 588 índios, dos quais 117 crianças. Nos três primeiros anos da década, nasciam em média quatro índios por ano, mas agora a aldeia convive com a alegria das crianças. A média anual de nascimentos saltou para 25 e deu novas esperanças para a etnia. No início dos anos 60, havia apenas 62 cricatis no estado, dispersos e sem paradeiro. A demarcação da aldeia só foi possível há três anos. Liderados pelo jovem cacique João Piauí Krikati, os índios derubaram as duas torres de transmissão de energia da Eletronorte que cruzam a reserva. Não estavam para brincadeiras. O prejuízo causado a grandes empresas no estado foi a forma de forçar o governo a negociar o início da demarcação e a retirada dos invasores. Hoje, resta algo em torno de 600 famílias de pequenos agricultores morando na área. Estão indo embora à medida que são indenizados. Ponto para os índios.

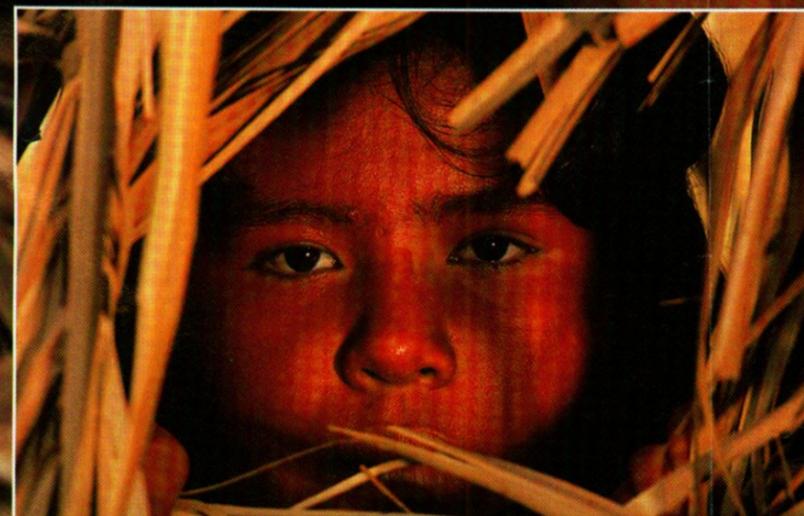
Os cricatis, no entanto, estão longe de uma vida saudável. Não há médi- ▶



O DESAFIO
Na careta do menino cricati, a esperança de vida de um povo



RAÍZES
O pequeno índio cresce nas terras de origem dos tucanos, na Amazônia



O MUNDO
lá fora: 70 mil jovens índios estudam nas escolas de 4 mil aldeias

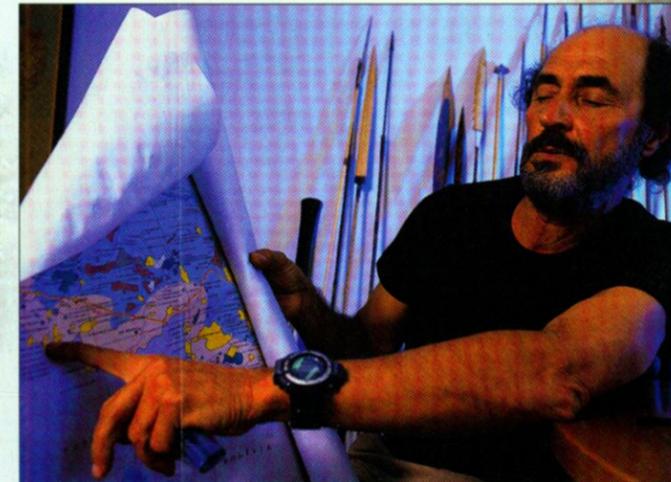
SOCIEDADE

MULHERES CRICATIS

Em média, elas têm sete filhos ao longo da vida. Não sofrem com problemas de parto, mas contraem, como sua prole, as várias doenças dos brancos



RESISTINDO
Os avós-canoeiros, de Goiás, são um povo que hoje se resume a estes seis sobreviventes



POSSUELO: "Quando um grupo desses desaparece, a humanidade fica mais pobre"



NA ALDEIA São José, no Maranhão, crianças brincam na tribo: a dieta básica ainda é mandioca, arroz e milho dos roçados



ORGULHO DA RAÇA
O cacique Raoni, dos caiapós, tem a firmeza do líder e não se intimida com autoridades

co na aldeia e a picape D-20 que a Funai comprou para a comunidade é usada, na maior parte do tempo, para transportar doentes para os hospitais de Montes Altos – a cidade mais próxima da reserva – e Imperatriz. Neste ano já morreram sete índios; no ano passado, 13. A maior parte de disenteria e de gripe. "A situação aqui está muito difícil", diz Piauí, que se queixa da falta de recursos para seu povo. A rotina da aldeia lembra muito pouco a visão idílica dos livros de História. Lá, a realidade é a mesma de qualquer bolsão de pobreza no Rio de Janeiro ou em São Paulo. As noções de higiene são superficiais. Faltam alimentos. As crianças sofrem de verminoses e o dentista, quando aparece, vem para arrancar os dentes. Entre os adultos, poucos são os que mostram um sorriso completo. São também raros os que concluem o ensino fundamental e as imagens do vasto mundo lhes chegam pela televisão, que adoram.

De maneira geral, os índios sabem o que querem: terra. E não é qualquer pedaço de chão que lhes agrada. "Eles lutam para voltar ao solo de origem, onde encontram árvores, plantas e até os espíritos em que acreditam. Para os povos indígenas, cultura e natureza representam o mesmo todo", explica a antropóloga Marta Azevedo, da Universidade de Campinas. Sulivan Silvestre, presidente da Funai, reconhece que eles estão mais decididos. "Guardam o princípio de nação e entendem que o aumento de seus povos significa poder", diz. À falta de um censo mais rigoroso, os especialistas arriscam cálculos empíricos para avaliar o

crescimento populacional. Vale até o "olhômetro". Silvestre visitou aldeias em 20 estados nos últimos oito meses. Viu tantas crianças que decidiu pedir ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um levantamento das tribos. Se o instituto aceitar a proposta da Funai, o Brasil terá o primeiro censo indígena oficial de sua História até o ano 2000. Dados mais precisos, como registro de nascimento e óbito, além da contagem de índios por idade, são informações aguardadas com expectativa pelos especialistas em estudos de população.

O presidente da Funai garante que não existe nenhum interesse oficial de fazer um censo completo para controlar a natalidade das tribos. "Estamos orgulhosos de presenciar esse fenômeno porque temos 215 etnias com 170 línguas distintas, o que faz do Brasil o país com a maior diversidade de povos indígenas do mundo", diz. Até mesmo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado pela Igreja Católica para defender os índios, concorda que a situação está mudando para melhor. "Além do crescimento demográfico, a maior novidade nas aldeias é o ressurgimento da identidade indígena", diz Franciscino Loebens, vice-presidente do conselho, entidade que costuma bater de frente com as políticas oficiais do setor.

O orgulho de ser índio é um dado novo e surpreendente. Há três semanas, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, recebeu em Brasília 50 índios xucurus, de Pesqueira (PE). Queriam punição para os assassinos de seu líder, Franciscino, conhecido como Chicão Xukuru.

Os visitantes apresentaram-se pintados para a guerra e recusaram-se a falar português. Uma advogada deles atuou como intérprete. Outra manifestação do orgulho da raça aconteceu quando representantes do povo caiapó foram receber o título de suas terras, no final do ano passado. Chegaram ao Planalto garbosamente vestidos de tangas. O cacique Raoni, chefe do povo, sentou-se à mesa com o presidente Fernando Henrique no Palácio da Alvorada e o tratou de igual para igual. "Estou aqui em sua casa e espero que você vá a minha aldeia; é uma obrigação sua depois de minha visita", disse. Confiante em que não vão desaparecer do mapa, os índios tapirapés, de Mato Grosso, reafirmam os novos tempos. Em 1952, a aldeia contava 50 índios. Quando teve início o processo de identificação de suas terras, duas décadas depois, começaram a se multiplicar. Já são mais de 400. Em aldeias maiores, caso dos xavantes, o aumento da população ocorre com espantosa velocidade. Há seis anos eles eram 6 mil, e hoje são 9.500.

Na mesma trilha segue o povo panará. Descendentes dos chamados caiapós do sul, os panarás ocupavam terras em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Em 1950, foram vistos pelos irmãos e sertanistas Cláudio e Orlando Villas Bôas. Arredios, arruinaram inúmeras tentativas de contato com os brancos até 1970, quando começou a ser traçada a rota de abertura da Rodovia Cuiabá-Santarém, no governo Médici. Com a estrada, chegaram as doenças e, com elas, veio a mortandade. Quando já haviam perdido 90% de sua população, os panarás

foram transferidos para o Parque Nacional do Xingu. Não desistiram das terras. O resultado é que, há seis meses, voltaram a ocupar parte de seu território tradicional na fronteira do Pará com Mato Grosso. E estão procriando. Em 1980, os panarás somavam 84 índios. Em 1982, chegaram a 95. Agora, são 135.

Quando foram descobertos por missionários, em 1971, os mykis eram apenas 22 índios amedrontados que viviam à margem de córregos em Mato Grosso. Oito anos depois, contavam 28 vivos. Em 1987, tiveram suas terras homologadas e recuperaram a confiança. Hoje são 68, e um terço da população é de crianças. Elizabeth Rondon Amarante é testemunha do crescimento desse povo. Há 20 anos trabalhando em aldeias, Elizabeth é missionária do Cimi e neta do marechal Cândido Rondon, o lendário desbravador e sertanista que propôs a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. "A recuperação das terras favorece o crescimento das aldeias. Mas estamos longe da situação ideal", afirma. Missionários como Elizabeth queixam-se da lentidão do governo no processo de reconhecimento dessas terras e se apóiam num argumento legal: a Constituição de 1988 determinou que todas elas fossem demarcadas no prazo de cinco anos. Já se passaram dez sem que a exigência fosse cumprida. A Funai reconhece a demora, mas alega que nunca se demarcou tanto quanto agora, inclusive graças à ajuda financeira dos países ricos. Na Amazônia, por exemplo, onde vivem aproximadamente 300 mil índios, US\$ 20 milhões vindos da

Em 1500, estima-se que havia de 1 milhão a 5 milhões de índios no Brasil. Em 1970, eram 200 mil. Hoje são 335 mil.

A CONQUISTA da terra

Situação das 559 áreas indígenas em processo de regularização – em %



O BRASIL dos índios

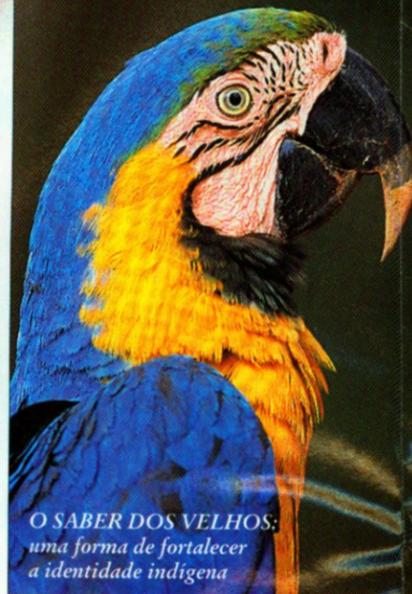
A eles está reservado um território equivalente à soma das áreas de França e Inglaterra – em %



SOCIEDADE



TANGAS NO PLANALTO
Índios xucurus desfilam em Brasília diante do símbolo da Justiça



O SABER DOS VELHOS:
uma forma de fortalecer a identidade indígena



"Respeito vem com conhecimento. O Brasil conviverá melhor com seus índios quando as escolas introduzirem informações sobre esses povos em seus currículos"

MARTA AZEVEDO, ANTRÓLOGA,
43 anos, há 20 realiza trabalhos de campo em aldeias do Brasil

DOUTORANDA EM
demografia pelo Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp, Marta pesquisa saúde reprodutiva entre os povos do Rio Negro

ENTREVISTA

Mais saúde para os índios

Antropóloga critica a assistência nas aldeias

ÉPOCA: Teremos um Brasil "mais índio" nos próximos anos?

Marta Azevedo: Acredito que vamos ter o crescimento acelerado de muitos povos. Fiz um estudo detalhado sobre os povos enawênê, do Mato Grosso, e waipî, do Amapá, e constatei que a população dobra a cada 15 anos. Em compensação, temos de considerar que certos povos, como os zuruháh, do Amazonas, apresentam alto grau de suicídio.

ÉPOCA: E por quê?
Marta: É um dado cultural. Ficar velho é uma coisa muito ruim nesses grupos, por isso os índios põem fim à própria vida. Mas são minoria.

ÉPOCA: A demarcação das terras é fator preponderante no aumento da população indígena?

Marta: Sim, só que o atendimento à saúde é mais. Hoje encontramos povos que vivem em áreas diminutas, mas contam com algum atendimento à saúde, como vacinação. Eles podem ressentir-se da falta de terra, mas já não morrem mais de epidemias.

ÉPOCA: Os índios têm mais filhos que no passado?

Marta: Pelas teorias clássicas da demografia, eles deveriam agora entrar num processo de queda de fecundidade. Não é o que se vê. No Brasil, em grande parte das tribos as mulheres têm sete filhos em média, e esse padrão tende a ser

mantido. O que se pode garantir é que, com bons serviços de saúde, os índios morrem menos.

ÉPOCA: No caso do índio brasileiro, a vida reprodutiva começa muito cedo?

Marta: Os índios começam a vida reprodutiva cedo, em algumas tribos por volta dos 13, 14 anos. Seria a idade média para o primeiro filho. Hoje, há povos da região do Rio Negro onde essa média sobe para 17, 18 anos, porque as mulheres estão indo para a escola. As índias de lá dizem que, dos 13 aos 17, vivem o melhor período da vida. É um tempo feliz, porque estão livres, festejam, viajam, andam pela região...

ÉPOCA: E têm vida sexual ativa?

Marta: Sim, os padrões da sexualidade indígena são mais liberais que os nossos. As jovens têm vida sexual ativa, livre e contraceptiva.

ÉPOCA: Que contraceptivos usam?

Marta: Todos os povos indígenas no Brasil têm seus próprios contraceptivos, todos naturais. Como não temos uma lei de patentes confiável, nós, os antropólogos, preferimos não revelar os nomes das plantas que interrompem a gravidez. Já os povos que têm muito tempo de contato com os não-índios utilizam a pílula e a esterilização.

ÉPOCA: Há muitas mortes por parto?

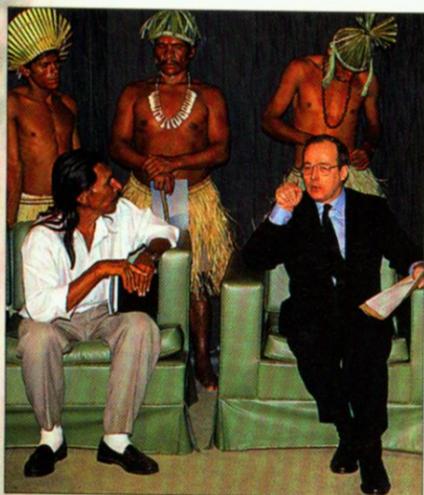
Marta: Não conheço um povo indígena que apresente índice de mortalidade

materna alto em razão do parto. As índias têm seus métodos para dar à luz, em geral de cócoras, de quatro ou na rede. A posição varia, mas o parto é normal, sem problemas.

ÉPOCA: E o que dizer das doenças sexualmente transmissíveis, as DSTs?

Marta: Este, sim, é um problema grave. Pesquisas epidemiológicas recentes, como a que foi feita entre os caiapós do Pará, apontam que até 70% dessas populações sofrem de alguma DST. Casos de Aids foram registrados entre os tiriós, do Amapá. E, no Rio Negro, as DSTs proliferaram pela presença dos militares e outros brancos deslocados para lá. Enfim, há uma grave ameaça. ■

LAURA GREENHALGH



NA PRÓPRIA LÍNGUA, falam ao presidente do Supremo, Celso de Mello



MISSIONÁRIOS do Cimi, em Brasília, concordam que as demarcações crescem. Mas a ritmo lento, contrariando a Constituição

Alemanha irrigam os trabalhos de regularização das áreas. Até o final do ano, o governo espera demarcar mais 12 milhões de hectares.

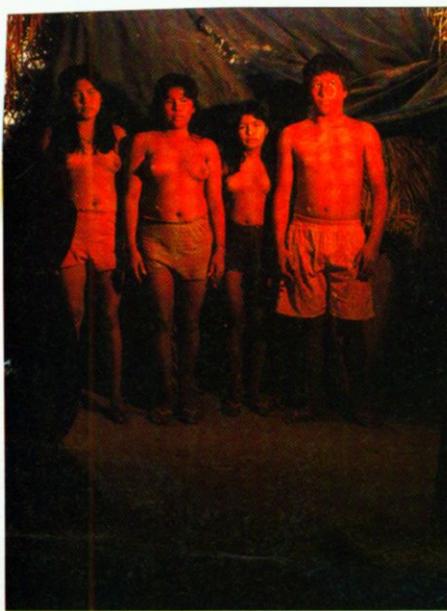
As terras chegam, mas com atraso de muitas gerações. Há duas semanas, o ministro da Justiça, Renan Calheiros, foi à Bahia entregar aos 872 índios pataxós hã-hã-hãe o documento da posse definitiva de cerca de 1.400 hectares. "Esse ato não apaga o sofrimento e as injustiças cometidas no passado", disse o ministro. Testemunha ocular do descobrimento do Brasil, o povo pataxó esperou séculos por esse momento. Só ganhou notoriedade nacional quando, no ano passado, o índio Galdino de Jesus foi queimado vivo por quatro jovens de Brasília. O ato criminoso chocou a opinião pública e provocou protestos pelo mundo.

Em busca de chão que lhes garanta sustento, reprodução e sobrevivência, os índios ainda têm uma árdua caminhada pela frente. Em Serrinha, no Rio Grande do Sul, duzentos caingangues são obrigados a conviver com mil famílias de colonos na reserva porque o governo não consegue fazer desapropriações. Os caingangues que vivem em Mangueirinha, no Paraná, também estão sem suas terras. Lá, a madeireira Slaviero, a maior do estado, entrou com ação contra a demarcação, e há 20 anos os índios esperam a decisão dos juízes. Há casos em que as aldeias foram invadidas por cidades, como ocorre com os tapebas, em Caucaia, no Ceará. E há quem enfrente a invasão de animais, como os carajás, que vivem na divisa

entre os estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará. Os fazendeiros da região soltaram 120 mil cabeças de gado na reserva.

Muitos são os interesses em jogo. Senadores governistas, como Edison Lobão (PFL-MA), criticam as demarcações. Há também o lobby de grandes empresas e investidores ligados à extração de minérios. Estão de olho num projeto de lei que regulamenta o direito dos índios de participar, por meio de associação com as empresas, do lucro obtido com a exploração das riquezas em suas terras. Muitas tribos já fazem isso, outras resistem. É o caso dos caiapós. Seu líder maior, Raoni, argumenta que a extração de minérios pode causar prejuízos irreversíveis à floresta e à sobrevivência dos índios. Não quer nem tocar no assunto.

A convivência com brancos ainda assusta. Estimativa do sertanista Sidney Possuelo, responsável pela busca de grupos isolados, indica a existência de 12 a 55 áreas com possibilidade de conter índios que jamais conviveram com brancos. Há seis meses, houve contato com isolados em Mato Grosso, Maranhão, Rondônia e Amazonas. Uma das equipes foi atacada pelos korubos, encontrados na Amazônia, na fronteira do Brasil com o Peru. Mataram, a bordunadas, Raimundo Magalhães, da Funai, porque se sentiram invadidos. Ironicamente, milhares de outros índios que reagem com docilidade à civilização dos brancos hoje perambulam na periferia das cidades — sem emprego, sem teto e, pior, sem futuro. Terrível contradição. ▶



190

Demografia 38

Impulsionada por taxas de natalidade superiores à média nacional e pela demarcação de reservas, a população indígena cresce